

## ÁGORA JURÍDICA: DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER JURÍDICO POR MEIO DA EXTENSÃO CURRICULARIZADA E TECNOLOGIA SOCIAL

Edmundo Alves de Oliveira – Universidade de Araraquara (UNIARA), Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos

Ricardo Augusto Bonotto Barboza – Universidade de Araraquara (UNIARA), Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos

Geralda Cristina de Freitas Ramalheiro – Universidade de Araraquara (UNIARA), Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos

Fernando Passos – Universidade de Araraquara (UNIARA), Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos

Carlos Eduardo de Freitas Fazoli – Universidade de Araraquara (UNIARA), Departamento de Ciências Jurídicas

Mônica Pereira Pilon – Universidade de Araraquara (UNIARA), Programa de Pós-Graduação em Processos de Ensino, Gestão e Inovação

Larissa Camerlengo Dias Gomes – Universidade de Araraquara (UNIARA), Departamento de Ciências da Administração e Tecnologia

Audrey Moretti Martins – Universidade de Araraquara (UNIARA), Departamento de Ciências da Administração e Tecnologia

---

### TIPO DE PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO (PTT)

#### Tecnologia Social

##### Descrição:

O projeto “Ágora Jurídica” configura-se como uma tecnologia social por propor um sistema inovador de orientação jurídica à população, com base em notas técnicas elaboradas por estudantes e validadas por especialistas. A iniciativa alia práticas pedagógicas interdisciplinares ao uso de plataforma digital pública, promovendo acesso à justiça, formação jurídica integral e produção de conhecimento com alto impacto social.

- **Inovação e Aplicabilidade:** Integra ensino, pesquisa e extensão por meio de uma prática digital e replicável de resposta jurídica fundamentada, com base em perguntas reais da população.
- **Relevância e Impacto:** Ampla contribuição à cidadania e à função social da universidade, democratizando o saber jurídico e formando profissionais socialmente comprometidos.
- **Conformidade com Normas:** Plenamente aderente à Resolução CNE/CES nº 7/2018 sobre a curricularização da extensão nos cursos superiores.

---

## IMPACTO E INOVAÇÃO DO PROJETO

**Finalidade do Trabalho:** A finalidade central é consolidar a curricularização da extensão no curso de Direito da UNIARA por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Através da plataforma “Ágora Jurídica”, estudantes elaboram respostas técnicas a dúvidas jurídicas da população, promovendo formação cidadã e acesso qualificado à informação jurídica.

### Nível e Tipo de Impacto:

- **Realizado:** Formação de centenas de alunos com competências práticas e sociais; atendimento gratuito à população; criação de banco público de respostas jurídicas.
- **Potencial:** Expansão da plataforma para outras regiões, replicação do modelo em outros cursos e instituições, e articulação com políticas públicas de acesso à justiça.

### Demanda:

Surgiu da necessidade de operacionalizar a extensão de forma orgânica ao currículo jurídico, atendendo à legislação educacional e à demanda da população por informação jurídica clara e confiável.

### Área Impactada pela Produção:

- Ensino jurídico
- Gestão de conflitos
- Educação superior
- Acesso à justiça

### Replicabilidade:

Alta. O modelo pode ser adaptado para diferentes cursos, temáticas e instituições, mantendo sua estrutura metodológica e princípios éticos.

### Abrangência Territorial:

Inicialmente local e regional (Araraquara e entorno), com potencial de expansão nacional via plataforma digital.

### Complexidade:

Alta, por envolver fluxos interdisciplinares, articulação entre graduação e pós-graduação, uso de ambiente virtual, validação técnica e acompanhamento contínuo.

### Nível de Inovação:

Elevado. Introduce uma prática didático-jurídica integrada, fundamentada em metodologia ativa, com forte componente digital e impacto social mensurável.

**Setor da Sociedade Beneficiado:**

- Comunidades vulneráveis
- Estudantes de Direito
- Instituições de ensino superior
- Sociedade civil
- Órgãos de acesso à justiça

**Fomento:**

Realização institucional pela Universidade de Araraquara – UNIARA. Apoio docente e integração com o Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos.

**Registro de Propriedade Intelectual:**

Não aplicável (produto de natureza aberta e social).

**Estágio da Tecnologia:**

Implementado e em operação contínua (atendimento digital ativo).

**Transferência de Tecnologia/Conhecimento:**

Realizada via repositório público digital e orientação direta à população; possibilidade de replicação por meio de capacitação de outras instituições.

---

**RESUMO**

**Objetivo do Estudo:** O projeto visa integrar a extensão curricularizada ao curso de Direito da UNIARA, mediante a criação de uma plataforma digital que transforma dúvidas jurídicas reais em objetos de estudo e produção técnica.

**Metodologia/Abordagem Utilizada:** Utiliza a metodologia de aprendizagem baseada em problemas (PBL), com mediação entre graduação e pós-graduação, articulação interdisciplinar e chancela institucional. A plataforma digital organiza o recebimento, elaboração e devolução das respostas jurídicas.

**Originalidade/Relevância do Trabalho:** Original ao propor um ecossistema de formação jurídica que articula teoria e prática em função social, democratizando o acesso ao saber jurídico por meio de uma tecnologia social replicável.

**Principais Resultados:** Criação de banco digital público com notas técnicas; formação de estudantes com competências práticas e sociais; orientação jurídica gratuita e qualificada para a população.

**Contribuições Teóricas/Metodológicas:** Consolida a extensão como componente curricular obrigatório por meio de uma prática concreta; estrutura metodologias ativas e transdisciplinares na formação jurídica.

**Contribuições Sociais/Para a Gestão:** Promove acesso à justiça, empoderamento jurídico da população, inserção territorial da universidade e desenvolvimento de competências comunicacionais e éticas dos discentes.

**Palavras-chave:** Extensão universitária; ensino jurídico; acesso à justiça; tecnologia social; formação cidadã

---

## **Ágora Jurídica: Democratization of Legal Knowledge through Curricular Extension and Social Technology**

### **ABSTRACT**

This project integrates curricular extension into the Law program at UNIARA through the *Ágora Jurídica* platform, which transforms real legal questions submitted by the public into technical notes prepared by students and validated by faculty. Utilizing a problem-based learning methodology, the project promotes interdisciplinary and socially engaged legal education. It creates a digital repository of accessible, legally grounded answers, enhancing access to justice and fostering students' ethical, communicative, and practical skills. The initiative demonstrates high replicability and strong institutional impact, contributing to the democratization of legal knowledge and reinforcing the university's social role.

**Keywords:** University extension; legal education; access to justice; social technology; civic formation

### **EXTENSÃO CURRICULARIZADA: “Ágora Jurídica”**

## **1. INTRODUÇÃO**

### **Apresentação – Projeto Ágora Jurídica**

O projeto de extensão curricularizada **Ágora Jurídica** nasce como uma resposta acadêmica e institucional à necessidade de fortalecer o compromisso social da universidade por meio do ensino jurídico. Vinculado às disciplinas de **Projeto**

**Integrador** do curso de Direito da Universidade de Araraquara (Uniara), o **Ágora Jurídica** articula os eixos ensino, pesquisa e extensão a partir da elaboração de **notas técnicas jurídicas** como instrumento de orientação pública. Fundamentado na Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos superiores, o projeto promove o envolvimento ativo de estudantes e docentes em ações com impacto social concreto, como exigido pela legislação educacional e pelas diretrizes nacionais do ensino jurídico.

Inspirado na ideia clássica de *ágora* — espaço de diálogo e construção democrática do conhecimento — o projeto estabelece uma ponte entre o saber jurídico produzido na universidade e as demandas reais da sociedade. A cada semestre, estudantes e professores se organizam em grupos interdisciplinares para estudar, responder e publicar dúvidas jurídicas enviadas pela população por meio da plataforma digital <https://www.uniara.com.br/ppg/direito/agora-juridica/>, já ativa e em operação. O conteúdo dessas dúvidas serve de ponto de partida para a elaboração das notas técnicas, que são analisadas por especialistas e chanceladas institucionalmente antes de serem devolvidas aos usuários e publicadas em repositório de acesso aberto.

A metodologia adotada é baseada na **aprendizagem significativa e na problematização**, promovendo a construção ativa do conhecimento por meio da aplicação prática dos conteúdos jurídicos em contextos reais. Essa abordagem está alinhada aos princípios pedagógicos contemporâneos da didática universitária, que valorizam o protagonismo estudantil, a contextualização do saber, o trabalho colaborativo e o desenvolvimento de competências analíticas, comunicacionais e éticas. Ao mesmo tempo, a experiência proporciona aos estudantes a vivência de uma formação integral, com consciência crítica e engajamento social, conforme exigem as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Direito.

Além da formação discente, o projeto também gera impacto social relevante. Ele democratiza o acesso à informação jurídica, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade, promovendo cidadania e acesso à justiça por meio de uma linguagem clara, precisa e imparcial. Trata-se de uma tecnologia social replicável, que fortalece a função pública da universidade, ampliando sua inserção na comunidade local e regional. O formato digital do atendimento — com recepção de demandas, triagem temática,

elaboração colaborativa e devolutiva técnica — permite maior capilaridade e eficiência na resposta às necessidades sociais.

O **Ágora Jurídica**, portanto, consolida-se como um espaço acadêmico de formação crítica e um canal de interlocução pública qualificada. Ele materializa, de forma concreta, os fundamentos da extensão universitária transformadora e do ensino jurídico comprometido com os valores do Estado Democrático de Direito. A experiência transcende o ensino tradicional, introduz uma prática jurídica formativa e acessível e reafirma a missão da Uniara de formar profissionais preparados técnica e eticamente para atuar na mediação de conflitos e na defesa dos direitos fundamentais da sociedade.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

A proposta metodológica do projeto **Ágora Jurídica** parte da compreensão de que o processo de ensino-aprendizagem no curso de Direito deve ser contextualizado, significativo e conectado com os desafios reais enfrentados pela sociedade. Essa compreensão está alinhada aos fundamentos da **didática universitária crítica**, que reconhece o estudante como sujeito ativo da aprendizagem, capaz de produzir conhecimento por meio da problematização do mundo. No caso do **Ágora Jurídica**, isso ocorre a partir da análise de demandas jurídicas concretas submetidas pela população, transformadas em problemas pedagógicos nos Projetos Integradores.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, determina que ao menos 10% da carga horária total dos cursos de graduação deve ser dedicada à extensão, com ações que articulem ensino, pesquisa e compromisso social. O **Ágora Jurídica** está plenamente aderente a esse marco normativo, pois integra as atividades de extensão ao currículo de forma orgânica, transformando o conteúdo disciplinar em respostas jurídicas socialmente referenciadas. A resolução exige, ainda, a participação dos estudantes em situações que favoreçam o desenvolvimento da empatia, da responsabilidade social e do pensamento crítico — exatamente os objetivos metodológicos perseguidos pelo projeto.

Do ponto de vista teórico-pedagógico, o projeto estrutura-se sobre os pressupostos da **abordagem transdisciplinar**, segundo a qual os saberes não devem ser fragmentados

em caixinhas disciplinares estanques, mas sim articulados para resolver problemas complexos da realidade. A transdisciplinaridade permite que os conhecimentos jurídicos — como Direito Constitucional, Civil, Penal, Administrativo e Processual — sejam mobilizados de forma integrada para responder às demandas enviadas pela comunidade. Isso favorece a construção de um saber jurídico contextualizado, dialógico e sensível às contradições do cotidiano.

O método de **aprendizagem baseada em problemas (Problem-Based Learning – PBL)** é outro fundamento metodológico central do *Ágora Jurídica*. A partir de uma dúvida real submetida pela sociedade — por meio da plataforma <https://www.uniara.com.br/ppg/direito/agora-juridica/>— o estudante é desafiado a investigar, interpretar e aplicar os conteúdos aprendidos em sala de aula para construir uma resposta fundamentada. Essa metodologia estimula a autonomia, o raciocínio jurídico, a capacidade de pesquisa e o trabalho em equipe, além de promover a vivência de situações práticas desde o início da formação acadêmica.

A mediação pedagógica é cuidadosamente planejada para garantir que o processo formativo ocorra de forma colaborativa e supervisionada. Os estudantes de graduação atuam como **mediadores jurídicos**, responsáveis pela elaboração das notas técnicas, enquanto mestrandos contribuem como **especialistas**, orientando tecnicamente os grupos e estimulando o aprofundamento conceitual. Os professores da graduação atuam como **coordenadores de área**, responsáveis pela validação técnica das respostas e pelo acompanhamento contínuo da evolução dos grupos. O trabalho é coordenado estrategicamente por um professor responsável geral e um **mediador principal**, que organiza as tarefas e assegura a qualidade do fluxo de produção.

As notas técnicas são elaboradas com base em pesquisa jurisprudencial, legislativa e doutrinária, sempre com atenção à clareza da linguagem, à neutralidade da resposta e à pertinência social do conteúdo. A mediação docente garante que os princípios éticos, metodológicos e jurídicos sejam respeitados, e que a orientação fornecida não extrapole os limites da atuação acadêmica. A natureza pública do projeto exige um alto padrão de qualidade e confiabilidade, o que implica um processo sistemático de revisão, correção e chancela antes da publicação das respostas.

Outro fundamento importante da proposta é o conceito de **formação integral**. Segundo Paulo Freire e as abordagens críticas da educação jurídica, a formação universitária deve desenvolver não apenas competências técnicas, mas também posturas éticas, políticas e comunicacionais. O *Ágora Jurídica* responde a esse desafio ao colocar o estudante em contato direto com situações reais de acesso à justiça, ampliando sua percepção de mundo e reforçando sua responsabilidade como futuro operador do Direito. Isso se traduz em desenvolvimento da empatia, senso de justiça e capacidade de escuta.

Do ponto de vista metodológico, o ambiente digital é utilizado como meio estruturante e não apenas como suporte tecnológico. A plataforma *Ágora Virtual* possibilita a recepção de dúvidas da população, a organização do banco de dados, o fluxo interno de elaboração das respostas e a posterior publicação pública das notas técnicas. O ambiente digital, portanto, transforma-se em uma extensão do espaço acadêmico e cumpre uma função cidadã, ao disponibilizar gratuitamente informações jurídicas confiáveis à sociedade.

A avaliação da aprendizagem ocorre por meio de múltiplas estratégias, tais como relatórios reflexivos, rubricas específicas de avaliação das notas técnicas (clareza, fundamentação, pertinência, comunicação), autoavaliação dos grupos e feedback contínuo dos docentes. Essa pluralidade de instrumentos garante a consolidação das aprendizagens e o aprimoramento contínuo do projeto. Além disso, a avaliação institucional do impacto do projeto considera os acessos ao site, a diversidade dos temas abordados e o retorno qualitativo dos usuários atendidos.

Em síntese, a fundamentação teórico-metodológica do **Ágora Jurídica** combina princípios da didática universitária crítica, da transdisciplinaridade, da extensão transformadora e da aprendizagem ativa. Trata-se de um modelo de ensino jurídico orientado por valores democráticos, compromisso social e rigor acadêmico, que promove o protagonismo estudantil na construção de respostas socialmente validadas e eticamente fundamentadas. Ao mobilizar conteúdos teóricos para a solução de problemas reais, o projeto realiza, na prática, a missão universitária de contribuir para uma sociedade mais justa, informada e participativa.

### 3. OBJETIVOS

O projeto **Ágora Jurídica** tem como objetivo central consolidar as atividades de extensão universitária como componente efetivamente integrado ao currículo do curso de Direito da Uniara, promovendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão a partir de práticas pedagógicas transdisciplinares, orientadas à produção de respostas jurídicas fundamentadas, acessíveis e socialmente relevantes. A proposta parte do reconhecimento de que a formação jurídica exige, para além da assimilação técnica de conteúdos, o desenvolvimento da responsabilidade social, da escuta ativa, da comunicação cidadã e da capacidade de intervir com ética e criticidade em demandas reais da população. Ao transformar dúvidas jurídicas em objetos de estudo e produção coletiva, o projeto reafirma o papel da universidade como espaço de diálogo com a sociedade, contribuindo para a democratização do acesso à informação jurídica e o fortalecimento da cidadania.

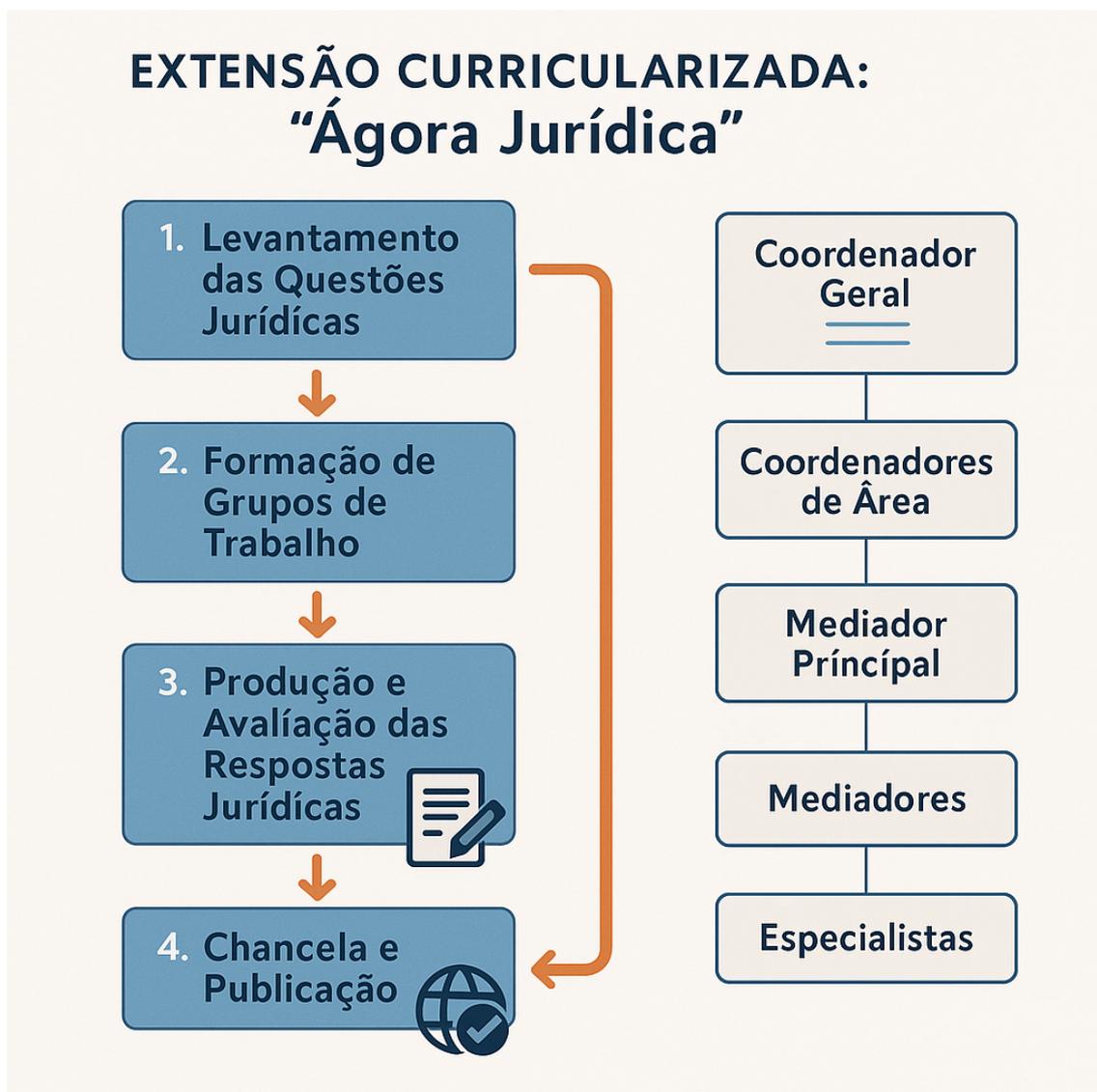
Para alcançar esse propósito, o projeto estabelece os seguintes objetivos específicos:

1. Desenvolver nos estudantes a capacidade de análise crítica e aplicação do conhecimento jurídico a partir de situações concretas e socialmente referenciadas;
2. Estimular a cooperação entre docentes, discentes e profissionais externos na construção e validação das notas técnicas, promovendo o trabalho em equipe e o intercâmbio de saberes;
3. Fortalecer o compromisso social da universidade ao disponibilizar orientações jurídicas em linguagem acessível, clara e ética, direcionadas às necessidades reais da comunidade;
4. Utilizar o ambiente virtual da Uniara, especialmente o sistema **Ágora Virtual**, como espaço público e permanente de recepção, elaboração e divulgação das respostas jurídicas produzidas;
5. Contribuir para a formação integral dos estudantes, associando competências técnico-jurídicas à ética profissional, à empatia social e ao protagonismo na resolução de conflitos;
6. Implementar um fluxo sistematizado de construção, revisão, avaliação e chancela das produções acadêmicas, assegurando a qualidade técnica, o respeito aos princípios jurídicos e a pertinência das respostas produzidas para fins de publicação pública.

#### 4. ESTRUTURA E ETAPAS DO PROJETO

O projeto **Ágora Jurídica** é estruturado em torno de uma dinâmica formativa cuidadosamente planejada, que transforma as dúvidas jurídicas reais da população em objeto de estudo e produção acadêmica. Para tanto, a proposta opera em ciclos semestrais, acompanhando o calendário letivo das disciplinas denominadas **Projeto Integrador** dos cursos jurídicos da Universidade de Araraquara (Uniara). Cada ciclo corresponde a uma jornada pedagógica composta por quatro grandes etapas: levantamento de questões jurídicas, formação de grupos de trabalho, produção e avaliação das respostas, e chancela e publicação. Estas etapas são acompanhadas por um sistema de governança acadêmica e digital que garante fluidez, coerência, rigor técnico e participação qualificada de todos os agentes envolvidos — estudantes, docentes, pós-graduandos e comunidade externa, tal qual sistematizado na figura que segue.

Figura 1 – Estrutura e Etapas do Projeto de Extensão Curricularizada “Ágora Jurídica”



Fonte: Elaboração própria a partir do material institucional da Uniara (2025).

As etapas que compõem o projeto de extensão curricularizada **Ágora Jurídica**, representadas de forma sintética na Figura 1, serão detalhadas a seguir, com a exposição aprofundada de seus objetivos pedagógicos, fluxos operacionais, responsabilidades atribuídas a cada agente envolvido e articulação com os princípios da curricularização da extensão. A apresentação sequencial de cada fase visa evidenciar a coerência entre a proposta metodológica e os resultados esperados, bem como demonstrar como o projeto transforma a escuta ativa da comunidade em um processo formativo transdisciplinar, colaborativo e socialmente comprometido.

### Etapa 1: Levantamento das Questões Jurídicas

A primeira etapa do projeto é o **levantamento das questões jurídicas**. Esse processo inicia-se com a análise dos planos de ensino das disciplinas do semestre em que o Projeto Integrador será desenvolvido. Os docentes responsáveis identificam os conteúdos temáticos e os cruzam com as possíveis áreas de conflito ou dúvida jurídica mais recorrentes no cotidiano da população. Paralelamente, o projeto disponibiliza, por meio da plataforma digital [www.uniara.com.br/legado/perguntas-juridicas](http://www.uniara.com.br/legado/perguntas-juridicas), um formulário público online por meio do qual qualquer pessoa pode enviar gratuitamente uma dúvida jurídica. Essa funcionalidade ativa a participação da comunidade e oferece insumos reais, atualizados e legítimos à atividade acadêmica, resgatando o princípio da extensão universitária como via de mão dupla entre universidade e sociedade.

As dúvidas recebidas são analisadas por um **mediador principal** — geralmente um mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Conflitos —, que faz a triagem das perguntas e as organiza por áreas temáticas. Essa organização não apenas facilita a distribuição das demandas entre os grupos de estudantes da graduação, mas também permite identificar padrões de interesse social, temas sensíveis, lacunas de orientação jurídica e oportunidades de aprofundamento interdisciplinar. Assim, a etapa de levantamento das questões não se limita a uma coleta passiva de dados, mas constitui um verdadeiro exercício de escuta qualificada da comunidade, fundamentando todo o desenvolvimento posterior do projeto.

## **Etapa 2: Formação de Grupos de Trabalho**

A segunda etapa corresponde à **formação de grupos de trabalho** e à distribuição das dúvidas jurídicas. Os estudantes matriculados na disciplina de Projeto Integrador são organizados em grupos, com a orientação dos professores responsáveis. Cada grupo recebe uma ou mais questões jurídicas triadas previamente e passa a desenvolvê-las a partir de um cronograma pedagógico definido no plano da disciplina. A composição dos grupos deve considerar a diversidade de perfis, a distribuição equitativa de tarefas e a promoção de habilidades colaborativas. Cada grupo assume responsabilidades específicas, que incluem: (i) pesquisa legislativa e jurisprudencial; (ii) levantamento de doutrina relevante; (iii) análise crítica da demanda recebida; (iv) redação técnica da resposta; e (v) revisão argumentativa e comunicacional.

Durante todo esse processo, os estudantes contam com o apoio de **especialistas acadêmicos** — estudantes de pós-graduação previamente capacitados —, que atuam como tutores técnicos e fomentam o aprofundamento conceitual da análise. Além disso,

cada grupo é acompanhado por um **professor coordenador de área**, responsável por supervisionar o rigor técnico das atividades e assegurar que as notas técnicas estejam juridicamente fundamentadas, normativamente atualizadas e eticamente consistentes. Essa dinâmica promove um ambiente pedagógico participativo e horizontalizado, no qual diferentes níveis de formação acadêmica dialogam, aprendem e produzem em conjunto.

### **Etapa 3: Produção e Avaliação das Respostas Jurídicas**

A terceira etapa diz respeito à **produção e avaliação das respostas jurídicas**, também chamadas de **notas técnicas jurídicas (NTJs)**. Após a realização das pesquisas e elaboração da minuta inicial, os grupos submetem suas propostas aos professores coordenadores de área, que realizam a avaliação técnico-jurídica da resposta. Essa avaliação observa critérios de clareza, coerência argumentativa, aderência à legislação e jurisprudência vigente, linguagem acessível, respeito aos direitos fundamentais, e pertinência social da resposta. Quando necessário, os coordenadores sugerem reformulações ou correções antes da validação final. A avaliação também considera o respeito aos princípios que regem o projeto: imparcialidade, confidencialidade, ética, responsabilidade e respeito ao sigilo das informações.

### **Etapa 4: Chancela e Publicação**

Uma vez aprovadas tecnicamente, as notas técnicas seguem para a etapa de **chancela institucional e publicação**, sob responsabilidade do **mediador principal**, que verifica se os padrões de estrutura, forma e comunicação definidos pela coordenação geral do projeto estão sendo cumpridos. Esse controle de qualidade inclui revisão da linguagem, checagem de fontes, adequação normativa e conformidade com as diretrizes do site. Caso a nota técnica atenda a todos os critérios, ela é enviada ao setor responsável pela publicação digital e é incluída no **banco de respostas jurídicas públicas**, hospedado na plataforma *Ágora Virtual*. Além disso, a resposta é enviada diretamente por e-mail ao usuário que formulou a dúvida, garantindo uma devolutiva individualizada e respeitosa.

### **Estrutura organizacional**

Importante destacar que, ao longo de todas essas etapas, o projeto conta com uma **estrutura organizacional clara e bem definida**. No topo, encontra-se o **coordenador geral**, responsável pela concepção estratégica, avaliação global dos resultados, elaboração de diretrizes e acompanhamento institucional. Em seguida, os **coordenadores de área** (professores da graduação) atuam como validadores jurídicos e orientadores metodológicos. O **mediador principal** centraliza a gestão pedagógica do fluxo de trabalho, supervisionando as etapas intermediárias e intermediando o diálogo entre os diferentes agentes. Os **mediadores** (graduandos) redigem as notas e assumem protagonismo na produção dos conteúdos, enquanto os **especialistas** (mestrandos) garantem a sofisticação técnica das análises. O **setor de web** finaliza o processo com a publicação e organização do conteúdo digital.

Essa estrutura modular, distribuída e colaborativa permite ao projeto **Ágora Jurídica** operar com eficiência, qualidade técnica e compromisso social. Além de responder dúvidas jurídicas da população, o projeto gera uma base pública de dados e orientações acessíveis, cumulativas e permanentes, permitindo que outras pessoas com dúvidas semelhantes possam consultar as respostas já publicadas. Com isso, o conhecimento jurídico produzido deixa de ser uma prática isolada ou episódica e se transforma em um bem informacional de utilidade pública.

Ao longo de sua implementação, o projeto tem demonstrado capacidade de aprimoramento contínuo e replicabilidade metodológica, sendo possível sua adaptação para outros cursos, temas e contextos institucionais. A consolidação das etapas aqui descritas representa não apenas um avanço na formação jurídica crítica e cidadã, mas também um modelo eficaz de operacionalização da curricularização da extensão com impacto real sobre a comunidade atendida.

## **5. IMPACTO SOCIAL E FORMATIVO**

O projeto **Ágora Jurídica** promove um impacto social expressivo ao transformar dúvidas jurídicas cotidianas em conteúdos acessíveis e fundamentados, devolvidos à população em formato de notas técnicas. Essa dinâmica contribui para a efetiva **democratização do acesso à informação jurídica**, especialmente entre públicos que

enfrentam barreiras econômicas, territoriais ou culturais no acesso a profissionais do Direito. As respostas são publicadas em linguagem clara, objetiva e cidadã, com respeito aos princípios da imparcialidade, confidencialidade e pertinência social, promovendo o empoderamento jurídico do cidadão comum e ampliando sua capacidade de compreender, reivindicar e exercer seus direitos.

A orientação jurídica gratuita via internet — estruturada com base em um repositório institucional validado por professores e especialistas — tem se revelado um **mecanismo inovador de inclusão jurídica**, uma vez que permite alcançar comunidades distantes dos grandes centros urbanos ou alijadas do atendimento presencial. A presença de uma plataforma ativa, permanente e digital, acessível por dispositivos móveis e com organização temática das dúvidas respondidas, converte o ambiente universitário em um canal público de interlocução entre a sociedade e o conhecimento técnico especializado, qualificando o papel social da universidade como agente de promoção da justiça e da cidadania.

Do ponto de vista formativo, o impacto sobre os estudantes é igualmente significativo. Ao lidar com casos reais, os discentes desenvolvem competências cruciais para sua atuação futura, como **pesquisa jurídica aplicada, interpretação normativa, redação técnica, argumentação jurídica, trabalho em equipe e responsabilidade social**. Mais do que um exercício de avaliação acadêmica, a produção das notas técnicas representa uma vivência concreta da função social do Direito e da ética profissional, ressignificando o processo de aprendizagem jurídica ao torná-lo ativo, público e responsável. A atividade estimula ainda a autonomia, a escuta empática e a consciência crítica, valores fundamentais para a formação de operadores do Direito comprometidos com os princípios republicanos e democráticos.

Ao envolver docentes, mestrandos e graduandos em um fluxo cooperativo de orientação jurídica, o projeto fomenta uma cultura acadêmica horizontalizada, dialógica e transdisciplinar, capaz de superar a compartimentalização do conhecimento e construir respostas sistêmicas e contextualizadas. Esse arranjo valoriza a dimensão coletiva da produção acadêmica, incentiva a colaboração intergeracional e permite que a formação técnica seja continuamente atravessada por dilemas éticos, políticos e comunicacionais reais. Trata-se de uma pedagogia da responsabilidade, em que o estudante deixa de ser apenas receptor de conteúdo e passa a ser agente ativo da transformação social.

Por fim, ao materializar os princípios constitucionais do acesso à justiça, da função social da educação e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o **Ágora Jurídica** reafirma o compromisso institucional da Uniara com a formação cidadã e com a transformação da realidade. Seu impacto vai além das estatísticas ou das respostas produzidas: ele se revela na consciência transformada dos estudantes, na confiança construída com a população atendida e na consolidação de um modelo replicável de extensão universitária que devolve ao Direito sua função essencial — a de ser instrumento de emancipação, equidade e justiça social.

## 6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A consolidação do projeto **Ágora Jurídica** como componente estratégico da curricularização da extensão exige a implementação de um sistema sistemático e contínuo de monitoramento e avaliação, que permita acompanhar o desenvolvimento das atividades, aferir a qualidade das produções acadêmicas, identificar os impactos sociais gerados e promover ajustes metodológicos quando necessário. Esse sistema de avaliação não se restringe a métricas quantitativas, mas incorpora instrumentos qualitativos que consideram a complexidade do processo formativo e a natureza pública das respostas jurídicas produzidas. A avaliação, nesse contexto, é compreendida como prática pedagógica reflexiva, processual e compartilhada entre todos os agentes envolvidos no projeto.

No plano da formação discente, o monitoramento ocorre por meio de diferentes dispositivos integrados. Inicialmente, é realizada uma **avaliação diagnóstica** dos estudantes, que permite identificar seus conhecimentos prévios, suas competências argumentativas e suas habilidades de leitura e escrita jurídica. Ao longo do semestre, os estudantes elaboram **relatórios parciais** com reflexões críticas sobre as etapas da produção das notas técnicas, os desafios enfrentados, as decisões argumentativas tomadas e os aprendizados obtidos. Esses relatórios são analisados pelos professores orientadores e pelos especialistas da pós-graduação, servindo tanto para a orientação contínua dos grupos quanto para ajustes metodológicos no percurso.

A produção das **notas técnicas jurídicas (NTJs)** é avaliada com base em **rubricas específicas**, que contemplam os seguintes critérios: (i) adequação técnica e normativa; (ii) clareza da linguagem e acessibilidade comunicacional; (iii) consistência argumentativa; (iv) relevância e impacto social; (v) ética e imparcialidade na abordagem; e (vi) cumprimento das diretrizes de estrutura e forma estabelecidas pelo projeto. As rubricas são utilizadas tanto pelos docentes quanto pelo mediador principal, que realiza uma última verificação antes da publicação da nota técnica no banco de dados. Esse processo avaliativo assegura que as respostas entregues à população representem, de fato, uma produção acadêmica qualificada, validada institucionalmente e útil do ponto de vista social.

Além da dimensão pedagógica, o projeto também contempla um **monitoramento institucional dos indicadores de alcance e impacto**. O sistema de gestão da plataforma digital permite mapear o volume de dúvidas recebidas, a taxa de respostas publicadas, as áreas jurídicas mais demandadas e o número de acessos ao banco público de notas técnicas. Esses dados são sistematizados em relatórios semestrais apresentados à coordenação do curso e às instâncias institucionais de avaliação da extensão. Paralelamente, é previsto o uso de **pesquisas de satisfação com os usuários externos**, que permitirão avaliar a qualidade da resposta recebida, a compreensão do conteúdo, a utilidade prática das informações fornecidas e o grau de confiança no projeto. Assim, o ciclo avaliativo se fecha com um retorno estruturado da comunidade atendida, promovendo um ambiente permanente de escuta, revisão e aprimoramento.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto **Ágora Jurídica** representa uma síntese concreta do compromisso da Universidade de Araraquara (Uniarara) com a formação jurídica crítica, ética e socialmente engajada, ao integrar, de forma estruturada, a extensão universitária ao currículo acadêmico. Ao transformar dúvidas jurídicas reais da população em objetos de estudo e produção técnica, o projeto ultrapassa os limites tradicionais da sala de aula e reposiciona o ensino jurídico como prática cidadã, voltada à democratização do saber e à promoção da justiça.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, ganha no *Ágora Jurídica* uma aplicação inovadora, participativa e digitalmente acessível. O protagonismo estudantil, a cooperação intergeracional entre graduação e pós-graduação e a mediação técnica docente configuram um ecossistema formativo orientado por valores republicanos e pelo respeito aos direitos fundamentais, em que o conhecimento jurídico é produzido com base na escuta, na ética e na responsabilidade social.

Mais do que um projeto institucional, o *Ágora Jurídica* afirma-se como **um modelo replicável de extensão transformadora**, tecnicamente qualificada e socialmente validada. Seu legado está não apenas nas respostas publicadas ou nas competências desenvolvidas pelos estudantes, mas na consolidação de uma universidade que dialoga com a sociedade e contribui, efetivamente, para o fortalecimento da cidadania, do acesso à justiça e da cultura de direitos.